



O arquivo e a casa dos viscondes de Vila Nova de Cerveira: uma abordagem em arquivística histórica

The archive and the house of the viscounts of Vila Nova de Cerveira: a historical archivistics approach¹

Filipa Lopes

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Instituto de Estudos Medievais

CHAM – Centro de Humanidades
1070-312 Lisboa, Portugal

filipa.lopes@fcsn.unl.pt
<https://orcid.org/0000-0002-2300-4106>

Data recepção do artigo / Received for publication: 27 de novembro de 2024

DOI: <https://doi.org/10.4000/134bf>

¹ A presente nota de investigação resulta do trabalho realizado pela autora no âmbito da sua tese de doutoramento, intitulada *História(s) de uma Casa e de um arquivo: os viscondes de Vila Nova de Cerveira, da ascensão à consolidação institucional (séculos XIV-XVII)*, que foi orientada por Maria de Lurdes Rosa, Olivier Poncet e Pedro Cardim, realizada em cotutela na Universidade Nova de Lisboa e na École nationale des chartes, e apresentada a provas públicas em dezembro de 2023. A investigação foi financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia com uma bolsa individual com as referências: SFRH/BD/114873/2016 e COVID/BD/151660/2021 (<https://doi.org/10.54499/COVID/BD/151660/2021>).



Introduzindo o tema: os arquivos de família e a Arquivística Histórica

O estudo dos designados *arquivos de família*² tem ganho uma relevância crescente em Portugal desde a década de 1990, com destaque para a análise e tratamento arquivístico daqueles que foram produzidos e conservados por grupos parentais pertencentes à aristocracia³ durante o período pré-moderno, isto é, desde a época medieval até às revoluções liberais⁴. Aos trabalhos pioneiros de Pedro Peixoto⁵, seguiram-se as investigações de Armando Malheiro da Silva e dos seus discípulos, realizadas no âmbito da Ciência da Informação ou em diálogo com esta área⁶, e, mais recentemente, as contribuições provenientes da Arquivística Histórica.

Esta última abordagem, defendida por Maria de Lurdes Rosa, baseia-se na combinação de teorias e metodologias provenientes da História, da Ciência Arquivística⁷, da Ciência da Informação e da Antropologia Histórica, e tem sido fundamental para a análise dos arquivos familiares pré-modernos⁸. A Arquivística Histórica tem como finalidade o estudo da produção informacional das instituições

² A aceitação do conceito não é unânime, sobretudo devido às diferenças existentes entre o conceito atual de família e a conceção de família no período pré-moderno. No entanto, tem sido frequentemente utilizada como uma expressão abrangente para classificar arquivos produzidos por diferentes grupos formados com base em laços “familiares”, ou seja, em relações de parentesco. Cf. ROSA, M. Lurdes – “Arquivos de família, arquivos de comunidades: arquivos da comunidade”. In ROSA, Maria de Lurdes; GUTIÉRREZ DE ARMAS, Judit; NÚÑEZ PESTANO, Juan Ramón (eds.) – *Herencia cultural y archivos de familia en los archipiélagos de la Macaronesia*. Tenerife: IEC, IEM, 2020, pp. 30–38.

³ De acordo com o significado que J. Morsel lhe atribui em: MORSEL, Joseph – *L’aristocratie médiévale. La domination sociale en Occident (Ve–XVe siècle)*. Paris: Armand Colin, 2004, pp. 5–11.

⁴ NÓVOA, Rita S.; ROSA, M. Lurdes – “O estudo dos arquivos de família de Antigo Regime em Portugal: percursos e temas de investigação”. *Revista Brasileira de História* 38, 78 (2018), pp. 75–95.

⁵ PEIXOTO, Pedro A. – “Os arquivos de família”. *Cadernos BAD* 1 (1991), pp. 33–44; PEIXOTO, Pedro A. – *Arquivos de família: orientações para a organização e descrição dos arquivos de família*. Lisboa: IPA, 1991.

⁶ Em dissertações de mestrado e teses de doutoramento, que se baseiam na proposta apresentada em: SILVA, A. Malheiro da – “Arquivos de família e pessoais: bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica”. In *Seminário sobre Arquivos de Família e Pessoais*. Vila Real: BAD, Grupo de Trabalho de Arquivos de Família e Pessoais, 1997, pp. 51–106; SILVA, A. Malheiro da – “Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo”. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e técnicas de Património* 3, 1 (2004), pp. 55–84.

⁷ A tradução de *Archival Science* para Ciência Arquivística visa distingui-la da Arquivística tradicional e da Arquivística como disciplina aplicada da Ciência da Informação.

⁸ ROSA, M. Lurdes – “Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna. Perspetivas teóricas recentes e proposta de percurso de investigação”. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra* 30 (2017), pp. 547–586.

e da sua transformação em documentos e em arquivos⁹. Esta análise abrange a caracterização histórica das instituições produtoras, a contextualização e o significado social da documentalização da informação, das práticas arquivísticas e do uso dos arquivos, considerando outras *fontes* que complementam os arquivos existentes e que possibilitam a reconstituição do *arquivo organizacional*¹⁰. A reconstrução desses percursos e das mutações que a *informação documentalizada*¹¹ sofreu ao longo do tempo pode permitir, assim, a resposta a questões historiográficas mais amplas¹².

As propostas da Arquivística Histórica estão profundamente ancoradas nas novas perspetivas sobre os documentos, os arquivos e as práticas arquivísticas que se desenvolveram nas últimas décadas sob a influência do pensamento pós-moderno e das viragens arquivística e documental¹³. Apesar das suas especificidades, estas duas viragens apresentam aspetos comuns que importa sublinhar. Em ambas, é central a ideia de que os arquivos são construções sociais, culturais e políticas complexas, que acumulam narrativas tácitas ou intertextualidades na diacronia¹⁴. Assim, é essencial compreender o que a sociedade e os arquivistas fizeram e fazem aos arquivos, tornando-os menos transparentes¹⁵, por meio de várias *transformações* (transformações e transmissões)¹⁶ que ocorrem e afetam a

⁹ ROSA, M. Lurdes – “Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna”, p. 550.

¹⁰ Sobre o conceito, vd. ROSA, M. Lurdes – “Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna”, pp. 547–586; LOPES, Filipa S. – *História(s) de uma Casa e de um arquivo: os viscondes de Vila Nova de Cerveira, da ascensão à consolidação institucional (séculos XIV-XVII)*. Lisboa: FCSH-UNL, ENC, 2023. Tese de doutoramento, pp. 49–53.

¹¹ Propusemos que este conceito fosse entendido como *documento-registo*, ou seja, informação social intencionalmente registada num determinado suporte. Esta definição distingue-se do conceito de *documento-testemunho*, que abrange qualquer vestígio do passado, independentemente da intenção de registo. Neste contexto, considera-se que o *arquivo organizacional* é constituído intencionalmente por documentos-registo, criados e acumulados por uma organização, instituição, grupo ou indivíduo para preservar a memória das suas atividades para uso futuro. Cf. LOPES, Filipa S. – *História(s) de uma Casa e de um arquivo*, pp. 39–53.

¹² ROSA, M. Lurdes – “Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna”, p. 551.

¹³ KETELAAR, Eric – “Archival turns and returns: studies of the archive”. In GILLILAND, Anne J.; MCKEMMISH, Sue; LAU, Andrew J. (eds.) – *Research in the Archival Multiverse*. Clayton: Monash Univ. Publ., 2016, pp. 228–268; PONCET, Olivier – “Archives et histoire: dépasser les tournants”. *Annales. Histoire, Sciences Sociales* 74, 3–4 (2019), pp. 711–743.

¹⁴ KETELAAR, Eric – “Tacit Narratives: The Meanings of Archives”. *Archival Science* 1 (2001), pp. 131–141.

¹⁵ PONCET, Olivier – “Archives et histoire: dépasser les tournants”, p. 716.

¹⁶ Sobre este conceito, vd. MORSEL, Joseph – “Histoire, archives et documents. Anciens problèmes, nouvelles perspectives”. In ROSA, Maria de Lurdes; GUTIÉRREZ DE ARMAS, Judit; NÚÑEZ PESTANO,

inteligibilidade do passado representado na documentação. Esta perspetiva crítica coloca em questão a neutralidade dos arquivos, sublinhando as relações de poder inerentes à produção, organização e preservação documental. Mais do que simples depósitos de *fontes*, os arquivos passaram a ser encarados como objetos de estudo em si mesmos.

No caso dos arquivos familiares pré-modernos, é fundamental considerar tanto as transformações organizacionais quanto as não organizacionais, que ocorreram ao longo do tempo. As transformações organizacionais aconteceram em resposta às necessidades dos seus produtores, tendo em conta as dinâmicas sociais e culturais em que estavam inseridos, e incluem reorganizações, classificações, inventariações dos arquivos, bem como a destruição, saída ou incorporação de documentos ou conjuntos documentais. Já as “reconfigurações não organizacionais”¹⁷ estão profundamente ligadas às mudanças que tiveram lugar a partir do século XIX, quando a legislação liberal começou a dismantlar progressivamente a estrutura social do Antigo Regime, extinguindo privilégios, desagregando propriedades até aí vinculadas¹⁸, extinguindo a *família* enquanto corpo e realidade institucional¹⁹. Os arquivos organizacionais deixaram de assumir um papel sociogenético²⁰ e, como consequência, criou-se um cenário propício à dispersão da sua documentação, que, com o tempo, passou a ser integrada em *fundos* de *arquivos históricos* ou em *coleções*. Assim, é fundamental reconstituir a história custodial destes arquivos, mapeando a documentação dispersa, reestabelecendo as ligações aos arquivos organizacionais pré-modernos, identificando transformações na diacronia e contextualizando a informação documentalizada num quadro orgânico que reflita a história institucional dos grupos produtores. A investigação desenvolvida neste campo,

Juan Ramón (eds.) – *Herencia cultural y archivos de familia en los archipiélagos de la Macaronesia*. Tenerife: IEC, IEM, 2020, pp. 129-130.

¹⁷ ROSA, M. Lurdes – “Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna”, p. 576.

¹⁸ ESTEVES, Judite Maria Nunes – *Do morgadio à divisão igualitária dos bens: extinção do morgadio e estratégias de perpetuação do poder familiar (entre o fim do século XIX e o século XX)*. Lisboa: FCSH-UNL, 2008. Tese de doutoramento, pp. 43-97; COELHO, Maria de Fátima – “O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias”. *Análise Social* 16, 61-62 (1980), pp. 111-131.

¹⁹ ROSA, M. Lurdes – “Arquivos de família, arquivos de comunidades: arquivos da comunidade”, p. 30.

²⁰ Sobre o conceito, vd. MORSEL, Joseph – “En guise d’introduction: les chartiers entre «retour aux sources» et déconstruction des objets historiques”. In CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (eds.) – *Défendre ses droits, construire sa mémoire. Les chartiers seigneuriaux, XIII^e-XXI^e siècle*. Paris: Société de l’Histoire de France, 2010, p. 17.

impulsionada pela abordagem da Arquivística Histórica, na qual se insere aquela que realizámos com base no arquivo dos viscondes de Vila Nova de Cerveira, tem vindo a demonstrar como a sua aplicação permite uma compreensão mais profunda da história dos arquivos, dos documentos e dos subsistemas de informação²¹ que os compõem ou compunham, bem como do papel sociogenético que desempenharam na estruturação dos grupos familiares que os produziram e conservaram. Oferece, assim, novas perspetivas sobre o passado, contribuindo para uma melhor compreensão da história das aristocracias e da sociedade do Antigo Regime e para a reformulação de conhecimentos que delas tínhamos construído a partir de fontes *oficiais*²².

A aplicação da Arquivística Histórica ao nosso estudo de caso

O objetivo principal da nossa investigação foi o de analisar os arquivos organizacionais dos Limas, dos Britos Nogueira e dos Lima Brito Nogueira. O primeiro grupo, de origem galega, estabeleceu-se definitivamente na região minhota a partir do século XIV, formando uma família-instituição/Casa, cujos chefes receberam e transmitiram o título de visconde de Vila Nova de Cerveira²³. Os Britos Nogueira, quando se uniram aos Limas antes de 1578²⁴, eram um grupo em ascensão social graças às alianças matrimoniais estabelecidas e à sua integração na oligarquia lisboeta e no oficialato régio. Os chefes deste grupo foram administradores dos morgadios de S. Lourenço de Lisboa e de Santo Estêvão de Beja, assim como de outros vínculos transmitidos pelo grupo parental dos Nogueiras²⁵. A sucessão no património material e simbólico associado às duas Casas, dos Britos Nogueiras e dos Limas, incluindo o título viscondal, foi assegurada pela geração chefiada por D. Lourenço de Lima Brito Nogueira, sucessor dos Britos Nogueira, e, posteriormente,

²¹ Sobre o conceito, vd. SILVA, A. Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das «ciências» documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. 2.ª ed. Porto: Afrontamento, 2008, pp. 94–95; LOPES, Filipa S. – *História(s) de uma Casa e de um arquivo*, pp. 43–53.

²² Veja-se a síntese de alguns estudos de caso em: ROSA, M. Lurdes; NÓVOA, Rita S. – “Arquivística Histórica e arquivos de família, entre História e Ciência arquivística. Reflexões sobre um percurso científico e académico”. *Revista Portuguesa de História* 49 (2018), pp. 113–119.

²³ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – “A família Lima entre a Galiza e Portugal (séculos XII a XVI)”. In BARROCA, Mário J.; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de (eds.) – *Paço de Guela: história de um monumento*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2015, pp. 15–65.

²⁴ Antes do falecimento do visconde D. Francisco de Lima, vd. VNC, cx. 45, n.º 92.

²⁵ LOPES, Filipa S. – *História(s) de uma Casa e de um arquivo*, pp. 268–276.

pelo seu filho mais novo, D. Diogo de Lima Brito Nogueira. Estes Lima Brito Nogueira e os seus sucessores deram continuidade à Casa dos viscondes de Vila Nova de Cerveira até ao século XIX, incorporando novos apelidos ao longo do tempo, nomeadamente o de Vasconcelos e o de Teles da Silva, em virtude das uniões matrimoniais tecidas²⁶.

Pretendíamos examinar como as gerações dos grupos familiares selecionados se documentaram, como transformaram a sua informação documentalizada em arquivos e como esses arquivos contribuíram para a sua consolidação enquanto grupos com um património, memória e identidade comuns. Em última análise, procurou-se compreender como estes arquivos se integraram e ajudaram a consolidar institucionalmente a Casa dos viscondes de Vila Nova de Cerveira até ao século XVII, uma instituição que, no dealbar de Setecentos, estava entre as grandes Casas aristocráticas do reino²⁷.

Em termos cronológicos, o século XIV marcou o *terminus a quo* da reconstituição, coincidindo com a data do documento mais antigo mapeado e produzido por um dos membros dos grupos estudados, Fernão Eanes de Lima, pertencente ao arquivo organizacional dos Limas. Definiu-se como término da análise o século XVII, mais concretamente o ano de 1686, aquele em que faleceu o visconde D. Diogo de Lima²⁸. Embora o arquivo organizacional da Casa dos viscondes tenha continuado até ao século XIX, a escolha deste *terminus ad quem* para a reconstituição teve como objetivo o aprofundamento de um período menos estudado da história da Casa. Interessava compreender a importância dos viscondados de D. Lourenço e de D. Diogo para a consolidação institucional da família-instituição/Casa através da análise da composição do arquivo e dos seus usos.

Apesar destes limites temporais, estabelecidos para a reconstituição dos arquivos organizacionais, não seria viável nem compreensível avançarmos na análise sem termos consciência das *transformações* a que os documentos foram submetidos até ao presente. A conceção de uma Casa e de um único arquivo dos viscondes de Vila

²⁶ LOPES, Filipa S. – *História(s) de uma Casa e de um arquivo*, pp. 91, 191–192, 299–301.

²⁷ MONTEIRO, Nuno G. – *O crepúsculo dos Grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal 1750-1832*. 2.ª ed. Lisboa: IN-CM, 2003, pp. 131–133.

²⁸ VNC, cx. 16, n.º 58.

Nova de Cerveira, que, elevados a marqueses de Ponte de Lima em 1790²⁹, perdurou do século XIV até ao XIX, é uma construção de várias gerações que sucederam neste título, consolidada pelas organizações arquivísticas que resultaram das atividades dos membros dessas gerações até ao século XIX. Era, assim, fundamental decompor a ideia de um arquivo estático, compreendendo essas transformações. Além disso, o arquivo organizacional passou por reconfigurações não organizacionais que ocorreram desde então até à atualidade.

Num primeiro momento, mapeou-se a documentação dispersa, reconstituiu-se a sua história custodial e investigaram-se várias intertextualidades acumuladas do século XIX até ao presente. O ponto de partida foi um acervo que se encontra atualmente em mãos privadas, intitulado arquivo *Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima* (VNC), e que esteve temporariamente depositado no Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT). Destaca-se pela sua riqueza tipológica e cronológica, possuindo cerca de 4100 documentos que datam do final do século XIII até ao século XIX. No entanto, não foi o único que restou do arquivo organizacional dos viscondes. A dispersão da documentação a partir do século XIX, impulsionada pela extinção dos vínculos e dos direitos senhoriais, pela venda dos palácios e de propriedades e pela ação de eruditos locais, que a adquiriram e integraram nas suas coleções, levou à necessidade de mapear outros núcleos para a reconstituição. A documentação da Casa estava, pelo menos desde o século XVII, em dois cartórios principais, um em Ponte de Lima e outro em Lisboa, no Palácio da Rosa. A pesquisa procurou, portanto, restabelecer a ligação entre esses cartórios e os acervos mapeados, dispersos em coleções e arquivos públicos e privados. Porém, os indícios explorados apontam para a existência de escrituras de gestão corrente em outras propriedades da Casa e nas mãos de administradores e procuradores dos viscondes, que são mais difíceis de encontrar e identificar.

Durante a investigação, foram mapeados três núcleos importantes: um no Arquivo Distrital de Braga e outro na Casa da Cêpa, com documentos provenientes do cartório de Ponte de Lima³⁰; e um outro na Biblioteca da Ajuda, com uma história

²⁹ FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. 2.^a ed., vol. 3. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930, p. 92.

³⁰ LOPES, Filipa S. – *História(s) de uma Casa e de um arquivo*, pp. 105–122.

custodial mais complexa, por incluir documentos produzidos e guardados pelos viscondes que foram incorporados, provavelmente no século XVIII, na livraria do conde de Redondo³¹. Foram, ainda, detetados outros núcleos com menos documentação, depositados em instituições públicas, como o do Arquivo Municipal de Ponte de Lima, ou pertencentes a coleções particulares. Os inventários antigos e as cotas apostas nos versos dos documentos foram ferramentas essenciais para rastrear a proveniência de muitos deles e estabelecer conexões com os arquivos organizacionais em estudo.

Todos os núcleos mapeados foram analisados para se entenderem as *transformações* ocorridas, incluindo os tratamentos arquivísticos a que foram submetidos. Além dessas intertextualidades adicionadas na sequência de reconfigurações não organizacionais, existem igualmente aquelas que foram acrescentadas em função das necessidades organizacionais da família-instituição/Casa dos viscondes de Vila Nova de Cerveira, desde o século XVII até à centúria de Oitocentos. Para isso, foram consultados inventários e outros livros de propriedades que nos forneceram informações sobre a organização dos cartórios e os seus conteúdos (com destaque para o de Lisboa)³².

Num segundo momento, procedeu-se à contextualização dos *documentos-registo* existentes e mapeados para os arquivos organizacionais das famílias-instituição selecionadas. Para isso, construiu-se um quadro orgânico, inspirado no modelo sistémico proposto por Armando Malheiro da Silva, mas adaptado às especificidades do caso em estudo. A classificação proposta foi disponibilizada publicamente através do *software* AtoM, assim como os registos de autoridade dos produtores e a descrição arquivística de parte da documentação analisada³³, nomeadamente a do Subsistema Lima, por ser menos conhecida e por se encontrar dispersa por diferentes arquivos e coleções³⁴. Para complementar a reconstituição, identificámos, ainda, a partir de inventários dos Britos Nogueira e de um inventário do século XVII do cartório de Ponte de Lima, documentos entretanto desaparecidos. As perdas documentais foram significativas. Verificámos que, para as gerações dos

³¹ LOPES, Filipa S. – *História(s) de uma Casa e de um arquivo*, pp. 136–150.

³² LOPES, Filipa S. – *História(s) de uma Casa e de um arquivo*, pp. 151–184.

³³ LOPES, Filipa S. – *História(s) de uma Casa e de um arquivo*, pp. 197–234.

³⁴ Disponível em <http://www.arquivisticahistorica.fcsh.unl.pt/index.php/lima>.

Britos Nogueira, 65% a 80% dos documentos sumariados não foram encontrados³⁵. Este percurso permitiu uma compreensão mais profunda dos contextos pelos quais o arquivo organizacional passou desde o século XVII até aos nossos dias, além de fornecer a contextualização e as limitações da reconstituição que fundamentou a análise qualitativa das práticas arquivísticas, dos usos do arquivo e da configuração institucional das famílias-instituição em estudo.

Principais resultados da investigação

Foram formuladas algumas questões de partida para as quais foram procuradas respostas a partir da reconstituição realizada: Como se configuraram institucionalmente as famílias e gerações selecionadas? Como se documentaram, que informação documentalizada guardaram, como a organizaram e para que finalidade? Que narrativas produziram e que imagens deram de si através das suas práticas arquivísticas e do seu arquivo? Que contextos favoreceram essas construções? De que forma estes usos e discursos do arquivo contribuíram para a sua consolidação institucional, criando um corpo com uma identidade e património próprios?

A adoção do termo *família-instituição* visou identificar um grupo mais restrito³⁶ dentro de um conceito alargado de *família* com o sentido de linhagem de descendentes de um antepassado comum ou de grupo parental³⁷. Determinados grupos parentais, com o objetivo de afirmar ou conservar um estatuto diferenciado na sociedade, assumiram configurações institucionais que lhes permitiram constituir um património material e imaterial específico, assim como transmitir um arquivo organizacional que sustentava os seus direitos, privilégios e identidade³⁸. Nessa institucionalização, os senhorios jurisdicionais e os vínculos desempenharam um papel muito importante. Na nossa investigação, o *corpus* reconstituído permitiu

³⁵ LOPES, Filipa S. – *História(s) de uma Casa e de um arquivo*, pp. 235–240.

³⁶ LOPES, Filipa S. – *História(s) de uma Casa e de um arquivo*, pp. 65–70.

³⁷ SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – “A família – estruturas de parentesco e casamento”. In SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e (ed.) – *História da vida privada em Portugal. Vol 1: A Idade Média*. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2011, p. 126.

³⁸ MORSEL, Joseph – “Production d’archives, ou archives de la reproduction? La question des archives au miroir de la continuité seigneuriale”. In LAMAZOU-DUPLAN, Véronique (ed.) – *Les archives familiales dans l’Occident médiéval et moderne: trésor, arsenal, mémorial*. Madrid: Casa de Velázquez, 2021, pp. 17–27.

concluir que a institucionalização dos grupos em estudo ocorreu predominantemente através da transmissão de bens e direitos da Coroa e de um título nobiliárquico, desde 1476, no caso dos Limas, de vínculos no caso dos Britos Nogueira, e da combinação destas configurações institucionais no caso dos Lima Brito Nogueira. Estes grupos formaram famílias-instituição ou Casas que se organizavam, a cada geração, sob a autoridade de um *pater familias*³⁹. Todavia, os papéis de *pai* e de *sucessor* nem sempre foram efetivamente ocupados pelo progenitor e pelo primogénito varão, podendo ser desempenhados por outros membros do grupo, incluindo mulheres e filhos mais novos⁴⁰.

A natureza da institucionalização refletiu-se na produção informacional documentalizada, na seleção do que seria preservado a longo prazo e nas práticas arquivísticas adotadas para controlar e recuperar a informação de forma a atender às necessidades imediatas ou futuras, tendo em conta pressões internas, como os conflitos de interesses dentro do grupo parental, e externas, como a legislação régia ou a competição com outras instituições pelo domínio sobre os mesmos espaços e pessoas.

Na família-instituição Lima, foi notória a preocupação em registar e preservar a informação relacionada com o seu domínio senhorial no Minho, evidenciando-se a importância da prova documental para a gestão do património, a manutenção de redes clientelares e a afirmação da sua posição perante outros poderes concorrentes na mesma região⁴¹. O reduzido volume documental reconstituído e a ausência de inventários anteriores ao século XVII levaram-nos, inicialmente, a questionar se isso refletia uma vocação dos Limas mais voltada para a guerra do que para a administração ou para a escrita. No entanto, esta hipótese não se confirmou, pois

³⁹ Sobre um conceito mais restrito de *família* e sobre o de *Casa*, vd. HESPANHA, António M. – *Como os juristas viam o mundo. 1550-1750: Direitos, estados, coisas, contratos, ações e crimes*. Lisboa: [ed. do autor], 2015, pp. 317–319; HESPANHA, António M. – “Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna”. *Análise Social* 28, 1 (1993), pp. 951–973; MONTEIRO, Nuno G. – “Trajetórias sociais e formas familiares: o modelo de sucessão vincular”. In CHACÓN JIMÉNEZ, Francisco; HERNÁNDEZ FRANCO, Juan (eds.) – *Famílias, poderosos y oligarquías*. Múrcia: U. Murcia, Servicio de Publicaciones, 2001, pp. 17–37.

⁴⁰ ROSA, M. Lurdes – “Penser et organiser les archives de famille, entre histoire et archivistique”. In LAMAZOU-DUPLAN, Véronique (ed.) – *Les archives familiales dans l’Occident médiéval et moderne: Trésor, arsenal, mémorial*. Madrid: Casa de Velázquez, 2021, p. 72. Vários são os exemplos nas famílias-instituição em estudo, vd. LOPES, Filipa S. – *História(s) de uma Casa e de um arquivo*, pp. 348–351.

⁴¹ LOPES, Filipa S. – *História(s) de uma Casa e de um arquivo*, pp. 245–265.

foram encontrados outros instrumentos que demonstram o cuidado dos viscondes e dos seus administradores na recuperação da informação, facilitando a gestão dos bens e o acesso à prova. Entre eles, destacam-se livros e tomos que compilam escrituras ou listam propriedades, foreiros e rendas dos bens de que eram donatários na região minhota. Um exemplo notável é o *Livro das doações que fizeram ao visconde D. Francisco de Lima e a seus sucessores dos padroados das igrejas da comarca de Valença em terra de Coura e de Valdevez*⁴², um registo que justifica a posse de um número significativo de padroados de igrejas, essenciais para a manutenção da rede clientelar da Casa, não apenas neste período, mas também nos subsequentes. Embora muitos viscondes delegassem tarefas administrativas e de gestão a procuradores e administradores, há testemunhos de que alguns possuíam um conhecimento aprofundado dos seus documentos e direitos, sabendo utilizá-los sempre que necessário. Um exemplo disso foi a participação do 2.º visconde de Vila Nova de Cerveira, João de Lima, numa reunião da vereação de Ponte de Lima, ocorrida em 1498, na qual detalhou todas as prerrogativas que possuía na vila, no contexto da reforma dos forais⁴³.

A família-instituição Brito Nogueira acumulou e transmitiu um conjunto de vínculos familiares, nomeadamente o de Santo Estêvão de Beja e o de S. Lourenço de Lisboa, que foram definidores, a longo prazo, da sua identidade como família-instituição. O arquivo organizacional que foram construindo denota a importância que lhes era atribuída. As práticas arquivísticas e, em especial as inventariações, demonstram como a gestão desta informação era prioritária para a sobrevivência do grupo. Não foi por acaso que os chefes da família se empenharam em manter a unidade do grupo, antecipando e mitigando possíveis ameaças à sua continuidade⁴⁴. Um exemplo disso foi o de Luís de Brito Nogueira I, que procurou obter do rei a garantia de que o seu filho mais velho lhe sucederia nos morgadios que administrava, caso morresse nas guerras em Castela. Da mesma forma, Estêvão de Brito Nogueira buscou o perdão papal pela relação extraconjugal com Isabel da Costa e a legitimação do fruto dessa união para garantir a sucessão da sua Casa⁴⁵.

⁴² VNC, cx. 15, n.º 1.

⁴³ MARQUES, José – *Os forais de Ponte de Lima*. Ponte de Lima: Município de Ponte de Lima, 2005, pp. 46–55.

⁴⁴ LOPES, Filipa S. – *História(s) de uma Casa e de um arquivo*, pp. 266–290.

⁴⁵ LOPES, Filipa S. – *História(s) de uma Casa e de um arquivo*, pp. 273–274.

A liderança de Luís de Brito Nogueira II, casado com Inês de Lima, representou um momento de transição na história da família-instituição Brito Nogueira. Este empenhou-se, em 1579, para que o seu filho pudesse suceder na Casa e no título do seu falecido sogro, D. Francisco de Lima, 5.º visconde de Vila Nova de Cerveira. Estas ações e a administração do património e da documentação da Casa dos Limas, na qualidade de tutor do filho, estão mais bem documentadas do que a administração dos vínculos que recebeu do pai⁴⁶. D. Lourenço de Lima sucedeu nas duas Casas, mas foi com o seu pai, Luís de Brito, que se iniciou a integração dos dois arquivos organizacionais num só. Mais tarde, no viscondado seguinte, deu-se a incorporação do arquivo organizacional dos Vasconcelos e Meneses, por via do matrimónio de D. Diogo com a sucessora desta Casa, D. Joana de Vasconcelos⁴⁷.

A gestão dos vínculos e dos direitos senhoriais continuou a assumir uma grande importância na produção documental e nas práticas arquivísticas dos Lima Brito Nogueira, viscondes de Vila Nova de Cerveira. A organização da informação em livros e tombos, assim como a criação de instrumentos destinados à sua recuperação permitia aos viscondes não só documentar e comprovar a posse dos bens, mas também facilitar a gestão quotidiana dos mesmos. Para além da documentação ligada a privilégios, vínculos e à administração corrente das propriedades, o arquivo organizacional passou a integrar novas tipologias, como correspondência e textos genealógicos. Ampliaram-se, assim, as possibilidades de uso e as funções do arquivo. Este passou igualmente a suportar discursos sobre a memória e a(s) identidade(s) do grupo, com a sua documentação a ser guardada e reutilizada para reforçar a posição social dos membros da Casa junto da Coroa, nomeadamente para fundamentar pedidos de mercê. Foi também no contexto de conflitos em torno da sucessão da Casa e da herança de bens entre D. Diogo de Lima e os seus irmãos que se evidenciou, neste viscondado, a importância do arquivo como instrumento de poder e como recurso dinâmico, que se transmitia e transformava para servir os interesses do *pater familias*⁴⁸.

⁴⁶ LOPES, Filipa S. – *História(s) de uma Casa e de um arquivo*, pp. 290–298.

⁴⁷ LOPES, Filipa S. – *História(s) de uma Casa e de um arquivo*, pp. 299–301.

⁴⁸ LOPES, Filipa S. – *História(s) de uma Casa e de um arquivo*, pp. 301–344.

O arquivo desempenhou, assim, um papel fundamental na consolidação patrimonial e identitária da Casa dos viscondes de Vila Nova de Cerveira durante os viscondados de D. Lourenço e de D. Diogo. As duas gerações que chefiaram, tal como aquelas que integraram as famílias-instituição Lima e Brito Nogueira, estiveram em constante estruturação. A consolidação institucional esteve dependente de um esforço contínuo, realizado a cada geração, para transmitir um património identitário unificador e identificador do grupo a um representante da mesma geração ou da seguinte, juntamente com a documentação transformada em arquivo que apoiava essa construção.

Limitações do estudo e caminhos de investigação futuros

Terminámos a nossa tese sublinhando que, devido à complexidade deste arquivo organizacional, a investigação realizada representava mais um ponto de partida do que um ponto de chegada. A análise da história custodial permitiu-nos compreender a sua dispersão após o século XIX e as intertextualidades que influenciaram a nossa reconstituição e leitura. Houve, no entanto, vias que não tivemos a oportunidade de explorar e que poderiam ajudar a consolidar ou a rever alguns dos resultados apresentados.

Ficou por analisar a totalidade do arquivo até ao século XIX, bem como os arquivos organizacionais dos Vasconcelos e Meneses, dos Britos e dos Nogueiras. No caso destes últimos, iniciámos, entretanto, depois do doutoramento, uma investigação no Instituto de Estudos Medievais⁴⁹. Contudo, outras áreas permanecem por aprofundar, como o núcleo documental que se encontra na Biblioteca da Ajuda, especialmente a documentação relacionada com as funções *públicas* exercidas pelos viscondes D. Lourenço e D. Diogo e a correspondência *pessoal* de ambos, cujas transformações na livraria do conde de Redondo e, posteriormente, na Livraria Real exigem uma contextualização mais detalhada.

Além disso, o estudo dos vínculos que saíram da Casa no século XVII, como o de Gaião e o de Santo Estêvão de Beja, poderia ser aprofundado através da exploração de núcleos documentais privados, como o do Palácio do Salvador. Do mesmo modo,

⁴⁹ Através do projeto *Produção e usos informacionais e documentais por grupos de poder na Lisboa medieval: estudo histórico-arquivístico dos arquivos dos Britos e dos Nogueiras (séculos XIII-XV)*.

o estudo das redes clientelares das famílias-instituição selecionadas poderia fornecer informações valiosas sobre os administradores e criados envolvidos na produção e gestão documental.

Em relação à classificação do arquivo, constatámos limitações na construção de um quadro orgânico que refletisse a complexidade deste arquivo organizacional. A adoção do modelo sistémico exige cautela, sobretudo em sistemas de informação reconstituídos, sendo necessário que mais estudos de caso testem o modelo tendo em consideração a realidade institucional e documental encontrada. Conceitos fundamentais do modelo, como o de *família*, também precisam de ser reconsiderados, especialmente se nos reportarmos ao período pré-moderno.

Referências bibliográficas

Fontes

Fontes manuscritas

Arquivo Privado, *Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima* (VNC): cx. 15, n.º 1; cx. 16, n.º 58; cx. 45, n.º 92. Esteve temporariamente depositado no ANTT, encontrando-se descrito no DigitArq, com o código de referência PT/TT/VNC: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4343878>.

Estudos

COELHO, Maria de Fátima – “O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias”. *Análise Social* 16, 61–62 (1980), pp. 111–131.

ESTEVES, Judite Maria Nunes – *Do morgadio à divisão igualitária dos bens: extinção do morgadio e estratégias de perpetuação do poder familiar (entre o fim do século XIX e o século XX)*. Lisboa: FCSH-UNL, 2008. Tese de doutoramento.

FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. 2.ª ed., vol. 3. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930.

HESPANHA, António M. – “Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna”. *Análise Social* 28, 1 (1993), pp. 951–973.

HESPANHA, António M. – *Como os juristas viam o mundo. 1550-1750: Direitos, estados, coisas, contratos, ações e crimes*. Lisboa: [ed. do autor], 2015.

KETELAAR, Eric – “Tacit Narratives: The Meanings of Archives”. *Archival Science* 1 (2001), pp. 131–141.

KETELAAR, Eric – “Archival turns and returns: studies of the archive”. In GILLILAND, Anne J.; MCKEMMISH, Sue; LAU, Andrew J. (eds.) – *Research in the Archival Multiverse*. Clayton: Monash Univ. Publ., 2016, pp. 228–268.

LOPES, Filipa S. – *História(s) de uma Casa e de um arquivo: os viscondes de Vila Nova de Cerveira, da ascensão à consolidação institucional (séculos XIV-XVII)*. Lisboa: FCSH-UNL, ENC, 2023. Tese de doutoramento.

MARQUES, José – *Os forais de Ponte de Lima*. Ponte de Lima: Município de Ponte de Lima, 2005.

MONTEIRO, Nuno G. – “Trajectórias sociais e formas familiares: o modelo de sucessão vincular”. In CHACÓN JIMÉNEZ, Francisco; HERNÁNDEZ FRANCO, Juan (eds.) – *Familias, poderosos y oligarquías*. Múrcia: U. Murcia, Servicio de Publicaciones, 2001, pp. 17–37.

MONTEIRO, Nuno G. – *O crepúsculo dos Grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal 1750-1832*. 2.^a ed. Lisboa: IN-CM, 2003.

MORSEL, Joseph – *L’aristocratie médiévale. La domination sociale en Occident (Ve–XVe siècle)*. Paris: Armand Colin, 2004.

MORSEL, Joseph – “En guise d’introduction: les chartriers entre «retour aux sources» et déconstruction des objets historiques”. In CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (eds.) – *Défendre ses droits, construire sa mémoire. Les chartriers seigneuriaux, XIIIe–XXIe siècle*. Paris: Société de l’Histoire de France, 2010, pp. 9–34.

MORSEL, Joseph – “Histoire, archives et documents. Anciens problèmes, nouvelles perspectives”. In ROSA, Maria de Lurdes; GUTIÉRREZ DE ARMAS, Judit; NÚÑEZ PESTANO, Juan Ramón (eds.) – *Herencia cultural y archivos de familia en los archipiélagos de la Macaronesia*. Tenerife: IEC, IEM, 2020, pp. 109–131.

MORSEL, Joseph – “Production d’archives, ou archives de la reproduction? La question des archives au miroir de la continuité seigneuriale”. In LAMAZOU-DUPLAN, Véronique (ed.) – *Les archives familiales dans l’Occident médiéval et moderne: trésor, arsenal, mémorial*. Madrid: Casa de Velázquez, 2021, pp. 17–27.

NÓVOA, Rita S.; ROSA, M. Lurdes – “O estudo dos arquivos de família de Antigo Regime em Portugal: percursos e temas de investigação”. *Revista Brasileira de História* 38, 78 (2018), pp. 75–95.

PEIXOTO, Pedro A. – “Os arquivos de família”. *Cadernos BAD* 1 (1991), pp. 33–44.

PEIXOTO, Pedro A. – *Arquivos de família: orientações para a organização e descrição dos arquivos de família*. Lisboa: IPA, 1991.

PONCET, Olivier – “Archives et histoire: dépasser les tournants”. *Annales. Histoire, Sciences Sociales* 74, 3–4 (2019), pp. 711–743.

ROSA, M. Lurdes – “Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna. Perspetivas teóricas recentes e proposta

de percurso de investigação”. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra* 30 (2017), pp. 547–586.

ROSA, M. Lurdes – “Arquivos de família, arquivos de comunidades: arquivos da comunidade”. In ROSA, Maria de Lurdes; GUTIÉRREZ DE ARMAS, Judit; NÚÑEZ PESTANO, Juan Ramón (eds.) – *Herencia cultural y archivos de familia en los archipiélagos de la Macaronesia*. Tenerife: IEC, IEM, 2020, pp. 21–45.

ROSA, M. Lurdes – “Penser et organiser les archives de famille, entre histoire et archivistique”. In LAMAZOU-DUPLAN, Véronique (ed.) – *Les archives familiales dans l’Occident médiéval et moderne: Trésor, arsenal, mémorial*. Madrid: Casa de Velázquez, 2021, pp. 63–76.

ROSA, M. Lurdes; NÓVOA, Rita S. – “Arquivística Histórica e arquivos de família, entre História e Ciência arquivística. Reflexões sobre um percurso científico e académico”. *Revista Portuguesa de História* 49 (2018), pp. 97–119.

SILVA, A. Malheiro da – “Arquivos de família e pessoais: bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica”. In *Seminário sobre Arquivos de Família e Pessoais*. Vila Real: BAD, Grupo de Trabalho de Arquivos de Família e Pessoais, 1997, pp. 51–106;

SILVA, A. Malheiro da – “Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo”. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e técnicas de Património* 3, 1 (2004), pp. 55–84.

SILVA, A. Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das «ciências» documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. 2.^a ed. Porto: Afrontamento, 2008.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – “A família Lima entre a Galiza e Portugal (séculos XII a XVI)”. In BARROCA, Mário J.; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de (eds.) – *Paço de Giela: história de um monumento*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2015, pp. 15–65.

SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – “A família – estruturas de parentesco e casamento”. In SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e (ed.) – *História da vida privada em Portugal. Vol 1: A Idade Média*. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2011, pp. 126–143.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

LOPES, Filipa – “O arquivo e a Casa dos viscondes de Vila Nova De Cerveira: uma abordagem em Arquivística Histórica”. *Medievalista* 37 (Janeiro – Junho 2025), pp. 439-455. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsb.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).